

Controle está nas mãos do Executivo

CRISTINA BORGES

Nos próximos três anos, o controle da situação econômica do país dependerá do Executivo, na medida em que o programa de ajuste fiscal - o núcleo dos problemas - já foi aprovado, praticamente em sua totalidade, pelo Congresso Nacional. "O principal a fazer é não abrir as torneiras", disse o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, ontem. Ele alerta que a credibilidade do governo nessa área exige que o Executivo perca a "ilusão" de que sempre dá para fazer um pouco mais do que está previsto no Orçamento da União.

"O Poder Executivo tem que persistir na austeridade fiscal até para a economia voltar a ter um espaço para crescer", acrescentou Fraga, lembrando que o presidente Fernando Henrique Cardoso entende e reconhece que a trajetória pré-ajuste fiscal era insustentável. As pressões políticas, avalia, são muito mais fortes sobre o Orçamento da União do que sobre o dos estados, já que estes passaram por acordos de reestruturação de suas dívidas, limitando as fontes de financiamento. O presidente do BC identifica, no governo federal, áreas com extrema liberdade fiscal. Como exemplo, cita a política comercial, que permite aumentos e reduções das alíquotas de importação. "É um sistema ineficiente. Abre um balcão de negócios".

Fraga contou que a preocupação central é exatamente a capacidade de o governo gerenciar gastos, revelada na reunião do presidente do BC com um grupo de 15 investidores internacionais, ontem, no Rio. O desafio do novo ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, destacou, é transformar as ações do ministério de reativas em pró-ativas "para acabar com pseudos espaços fiscais".

Para o presidente do BC, a discussão sobre a reforma política é perfeitamente conciliável

com o avanço do equilíbrio das contas públicas, dependente ainda de aprovação, no Congresso, da Lei de Responsabilidade Fiscal e até mesmo da criação da contribuição previdenciária dos militares, e da finalização das reformas da Previdência e tributária.

Também as CPI do sistema financeiro e do Judiciário não devem atrasar o ajuste fiscal, se desenvolvidas no prazo-limite, disse Fraga. Ele adverte para o risco de as CPI se transformarem em "palco de disputas políticas. As lideranças políticas precisam decidir que CPI querem". Fraga reconhece o direito da sociedade ter uma prestação de contas do governo. No final desta semana, o BC divulgará um relatório sobre o Banco Maíka que encerrou suas atividades devido ao prejuízo que teve no mercado futuro de dólar com a mudança do regime cambial.

Uma das frentes de atuação do BC passa a ser a regulamentação preventiva do setor financeiro. Os bancos terão que apresentar relatórios de acordo com regras mais rigorosas para o BC acompanhar mais de perto suas operações. Um dos objetivos é evitar o descasamento entre moedas e prazos em operações de mais longo prazo. O BC também está analisando inúmeros pedidos de autorização para a criação da figura do *broker* (operador) independente.

A reversão do quadro de altíssimo *stress* financeiro está permitindo a *rolagem* de alguns financiamentos no exterior, a taxas de juros abaixo dos 20% a 23% cobrados no auge da crise. Na avaliação do BC, seriam condições razoáveis financiamentos externos a uma taxa de juros de 8%, além da Libor (taxa interbancária do mercado londrino).

No mercado interno, apesar da nova redução dos juros, o cupom cambial

ainda é alta mente rentável para atrair o capital externo de curto prazo que, no momento, interessa ao BC, mas que não deve crescer desenfreadamente. "Não vamos espantar esse capital, cujo estoque é mínimo. O investidor de curto prazo, entretanto, se assusta com a oscilação do câmbio flutuante. A tendência do cupom cambial é diminuir".

Fraga negou qualquer possibilidade de expurgo na formação do novo índice a ser escolhido entre a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

06 ABR 1999

JORNAL DO BRASIL